

Sarney credita o atentado a quem provocou exceção

BRASÍLIA — No programa "Conversa ao Pé do Rádio" de ontem, o Presidente José Sarney atribuiu as agressões sofridas durante a viagem ao Rio de Janeiro, no último dia 25, a grupos de violência que "levaram o Brasil a 20 ano de exceção" e, que agora, desejam a desestabilização do País.

— Esses grupos de violência, incapacitados para a vida democrática, voltam a agir, atropelando a democracia que nós estamos com tanto esforço desejando consolidar — enfatizou Sarney.

O Presidente disse que seu Governo está procurando consolidar a democracia com a compreensão, com a ajuda do povo brasileiro e com a convivência de "muitos sacrifícios" exigidos pelos problemas econômicos e políticos. Sarney afirmou que todos sabem que ele tem sido tolerante.

— Também tenho absoluta consciência de que tenho feito um gover-

no sério, tenho tido a preocupação permanente da dignidade do cargo que exerço, nunca fiz mal a ninguém e nunca utilizei o poder para qualquer medida de força. Posso dizer, que eu nunca cravei, por meu desejo, como disse um grande estadista, "espinho algum no peito de ninguém" — disse.

Sarney agradeceu ao povo carioca, que condenou as agressões e, ao mesmo tempo, solidarizou-se com ele. Segundo o Presidente, as agressões não fazem parte do espírito do Rio que, por sua vez, é acolhedor, aberto e humano.

Ainda no Programa, Sarney lembrou que "cenas de vandalismo" voltaram a ocorrer esta semana, com o quebra-quebra provocado pelo aumento das tarifas de ônibus. Explicou que o mundo de hoje não é de soluções fáceis, mas que, de sua parte, está determinado a não permitir a desordem".

Alfonsín condena atentado político e debate integração regional no Sul

PORTO ALEGRE — O atentado ao Presidente Sarney e a profanação do túmulo de Perón são dois incidentes que deixam apreensivo o Presidente argentino Raúl Alfonsín, conforme ele próprio manifestou aos três Governadores do Sul do Brasil que foram visitá-lo para debater a integração econômica regional.



Raúl Alfonsín

Acometido de grave crise renal, Alfonsín recebeu Pedro Simon (RS), Pedro Ivo (SC) e Alvaro Dias (PR) em seu quarto, na residência oficial de Olivos. Depois do encontro com o Presidente argentino e com os Ministros da Economia e das Relações Exteriores da Argentina, o Governador Pedro Simon disse ter notado uma certa resistência do Governo argentino para discutir questões de integração de Estados e Províncias, parecendo mais preocupado com

assuntos macroeconômicos.

Apesar disso, Simon insistiu com Alfonsín sobre a necessidade urgente de criar uma comissão tripartite para acelerar a criação de um distrito industrial e comercial na fronteira do Brasil, Uruguai e Argentina. O governador gaúcho aproveitou a oportunidade do encontro para convidar o presidente argentino a fazer uma visita ao Rio Grande do Sul.

A necessidade de mais uma ponte unindo os dois países também foi discutida com Alfonsín e Simon lembrou que já existem estudos sugerindo a ligação entre São Borja (RS) e Santo Tomé (Província de Corrientes). A obra, segundo ele, beneficiaria muito os argentinos que poderiam até exportar os produtos agrícolas de sua Região Nordeste através do Porto de Rio Grande, bem mais próximo que o de Buenos Aires. Outro assunto tratado foi o do gasoduto entre Brasil e Argentina e da venda de gás natural argentino ao Brasil. O projeto permitiria a implantação de empreendimentos de produção de matérias-primas para fertilizantes, química fina, petroquímica, siderurgia e cimento.

Militares pedem que seja rejeitada anistia a cassado

BRASÍLIA — Os assessores parlamentares dos Ministros militares já mantiveram encontros com pelo menos dois terços dos deputados e senadores que integram a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, para tentar obter apoio para a rejeição da proposta de concessão de anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados.

O Exército, através do seu "Noticiário", que circula diariamente nas unidades militares, condenou em editorial a anistia proposta pelos constituintes, afirmando que traria "consequências imediatas desastrosas e seria um precedente muito nocivo para as Forças Armadas de uma Nação democrática". Afirma ainda que a reintegração traria sérios problemas para o Exército, porque "os mais jovens certamente ficariam desorientados e mesmo mal orientados se viessem a ter duas espécies de superiores: os formados nas casernas e os beneficiados por ato político".

Afif propõe novo prazo para texto ser reformulado

SÃO PAULO — O Deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) defendeu ontem que se conceda um prazo de 30 dias ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), para que ele reescreva o anteprojeto da Constituição.

— O texto apresentado é inviável para receber emendas — justificou Afif Domingos, ao participar do seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", promovido pela Confederação Nacional das Indústrias e pelo GLOBO.

De acordo com o parlamentar, como haveria necessidade de alterar o Regimento Interno para que essa proposta se torne viável, o encaminhamento seria através de um requerimento com 270 assinaturas, que entraria em votação no plenário. "Desde que haja consenso, o plenário tem a liberdade de introduzir alteração no Regimento", afirmou. A proposta surgiu numa reunião da bancada do PL.

Acaba incomunicabilidade. Groff e Pencak recebem 18 pessoas

Foto de Otávio Magalhães

Terminou ontem a incomunicabilidade de Danilo Groff, assessor do ex-Governador Leonel Brizola, e de Maurício Pencak, Secretário Rural da CUT, presos na Polícia Federal e acusados de terem incitado as manifestações contra o Presidente José Sarney no Paço Imperial. A mulher de Groff, Ione, conseguiu entrar na cela do marido para falar com ele. Pouco depois, uma comissão formada por membros da CUT, Comitê Pró-Diretas, Famerj, PC do B e o escritor Fernando Gabeira, conversou com Danilo Groff e Maurício Pencak na carceragem.

— Não me arrependo de ter participado das manifestações. Vamos continuar na luta e quando sair daqui vou para uma manifestação — disse Maurício Pencak.

Danilo Groff agradeceu a solidariedade da comissão e disse que o enquadramento dos dois na Lei de Segurança Nacional "é um retrocesso político, um resquício do autoritarismo, que precisa ser removido".

O grupo que esteve com os presos foi formado a partir de uma manifestação contra a Lei de Segurança Nacional, realizada ontem, às 15 horas, em frente ao prédio da Polícia Federal, na Praça Mauá. Entre os presentes, artistas como Lucélia Santos, Antônio Pedro e Paulo Betti, além de representantes do PC do B, PCB, PSB, PDT e PT. Os "verdes" estavam também representados pelo Deputado Carlos Minc.

Organizado por Nilo Batista, advogado de Danilo Groff, um grupo de 18 pessoas subiu para conversar com o Superintendente da Polícia Federal, Fábio Wanderley Calheiros, a quem informaram o objetivo da manifestação.

— Eu apenas cumpro as leis, não faço as leis. A culpa da existência da Lei de Segurança Nacional não é nossa, estamos aqui para cumprir a lei. Quero dizer também que os presos vêm sendo bem tratados — disse Calheiros, que decidiu, então, autorizar a visita.

Conversaram com Groff e Pencak a Deputada Jandira Fegali, do PC do B; Gabeira, Almir Paulo de Lima, Presidente da Famerj; Ricardo Ribeiro, do PSB; Isabel Picaluga, do Comitê Pró-Diretas; e Eloi Beneduze, da CUT-RJ.

Os atores Osmar Prado e Paulo Betti, presentes à manifestação, defenderam a imediata convocação de



Agentes federais, de jaleco, tentam dispersar manifestação contra LSN

eleições diretas para Presidente e o fim da Lei de Segurança Nacional.

— A aplicação desta Lei mostra que estamos voltando aos tempos da ditadura — afirmou Osmar Prado.

O advogado Nilo Batista disse ter esperanças de que o Superior Tribunal Militar conceda habeas corpus a Groff, embora tenha negado o pedido de liminar impetrado por um advogado do PDT em Brasília, alegando falta de informações das autoridades coatoras, ou seja, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça. Nilo acredita que o STM deverá julgar o novo pedido de habeas corpus que impetrou na próxima semana. Os advogados de Maurício Pencak estão aguardando o resultado desse pedido, para entrar com recurso.

O Delegado Giovanni Azevedo negou que a Polícia Federal esteja tentando evitar o assédio da imprensa a Paulo Herrera, que está sob proteção de agentes federais. Herrera denunciou Groff e Pencak, mas o policial não quis informar se ele forneceu outros nomes.

Em Brasília, o habeas corpus impetrado ontem por Nilo Batista foi encaminhado ao Presidente em exercício do STM, Ministro Paulo César Cataldo, que está respondendo pelo Tribunal durante o recesso do Judiciário, que termina em agosto. Ao receber o novo recurso em favor de Groff, Cataldo adotou a mesma atitude do dia anterior, solicitando maiores informações, desta vez ao Dele-

gado Carlos Mandim e ao Promotor Nilton Rangel Coutinho, encarregados do caso.

Da mesma forma que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, o Promotor e o Delegado têm prazo de cinco dias úteis para enviar as informações, e não 48 horas como em casos normais, porque Groff foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Somente depois de receber essas informações o Ministro dará seu despacho sobre os dois pedidos de habeas.

No Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Rafael Mayer informou que o pedido de esclarecimento do ex-Governador Leonel Brizola sobre declarações do Presidente José Sarney só será distribuído a um dos 11 ministros relatores no dia 4 de agosto. Nessa data o STF realiza sua primeira audiência pública para a distribuição da pauta do segundo semestre.

Segundo o Ministro, o pedido de interpelação não se caracteriza como matéria urgente e, por isso, não justifica um despacho extraordinário, já que o Tribunal está em recesso. O ex-Governador quer que Sarney esclareça se realmente disse ao Deputado Koyu Illa (PMDB-SP), ao comentar o atentado no Paço Imperial, que "isso é coisa do Brizola". O ministro relator nomeado dará despacho sobre se o Presidente será ou não citado para responder a Brizola.